REVISTA DE
EDUCAÇÃO
PUC-CAMPINAS

ARTIGO DE REVISÃO

Editora
Luciana Haddad Ferreira

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

Recebido
30 maio 2025

Aprovado
6 out. 2025

A construção de universidades de classe mundial: implicações, estratégias e desafios para o Ensino Superior

Building world-class universities: implications, strategies and challenges for Higher Education

Luciana Souza de Abreu[1], Alexandre Florence Diegues[2], Thaís Farias de Brito Lima[3], Edineide Jezine Mesquita Araújo[4], Alda Maria Duarte Araújo Castro[5]

[1] Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. João Pessoa, PB, Brasil.

[2] Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Correspondência para: A. F. DIEGUES. *E-mail*: <alexandre.f.diegues@gmail.com>.

[3] Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. João Pessoa, PB, Brasil.

[4] Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Educação do Campo. João Pessoa, PB, Brasil.

[5] Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Habilitação Pedagógica. João Pessoa, PB, Brasil.

Como citar este artigo: Abreu, L. S. *et al*. A construção de universidades de classe mundial: implicações, estratégias e desafios para o Ensino Superior. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 30, e15965, 2025. https://doi.org/10.24220/2318-0870v30a2025e15965

Resumo

A busca pela excelência acadêmica tem levado instituições de ensino superior a adotarem estratégias para se tornarem universidades de classe mundial. O conceito, amplamente promovido por organismos internacionais como o Banco Mundial, enfatiza a concentração de talentos, a abundância de recursos e uma governança eficiente. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente o conceito de universidade de classe mundial, bem como as estratégias de internacionalização e as parcerias público-privadas associadas a esse modelo, além dos impactos dos rankings internacionais no ensino superior. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na análise documental de um relatório do Banco Mundial (2009) e de estudos correlatos, adotando uma perspectiva crítica fundamentada na sociologia da educação. Os resultados indicam que, embora as universidades de classe mundial possam impulsionar a competitividade global, a adoção de modelos globais, sem adaptações ao contexto local, pode comprometer a inclusão e a autonomia das universidades. Conclui-se que é fundamental equilibrar excelência acadêmica e equidade social para garantir um ensino superior sustentável e acessível.

Palavras-chave: Ensino superior. Internacionalização. Rankings internacionais. Universidade de classe mundial.

Abstract

The search for academic excellence has led higher education institutions to adopt strategies to become world-class universities. The concept, widely promoted by international organizations such as the World Bank, emphasizes the concentration of talent, an abundance of resources,

CC BY

and efficient governance. This study aims to critically analyze the concept of world-class university, its internationalization strategies and public-private partnerships, in addition to the impacts of international rankings on higher education. Methodologically, the research is based on a documentary analysis of the World Bank report (2009) and related studies, adopting a critical perspective based on the sociology of education. The results indicate that, although world-class universities can boost global competitiveness, its adoption without adaptations to the local context can compromise the inclusion and autonomy of universities. It is concluded that it is essential to balance academic excellence and social equity to ensure sustainable and accessible higher education.

Keywords: *Higher education. Internationalization. International rankings. World-class university.*

Introdução

A construção de universidades de excelência tem se consolidado como um tema central nos debates contemporâneos e nas discussões sobre educação superior no século XXI. Instituições de ensino de "alcance mundial" são vistas como pilares de desenvolvimento econômico, inovação e progresso social, desempenhando um papel estratégico na formação de capital humano e na produção de conhecimento de ponta.

A concepção de Universidade de Classe Mundial (UCM) reflete a dinâmica capitalista atual, de alta competitividade, desafiando países a maximizarem as vocações científicas e tecnológicas de suas universidades como estratégia de crescimento econômico. A excelência acadêmica torna-se, assim, um meio e uma condição para que países e blocos se integrem à globalização e à chamada "Sociedade do Conhecimento" (Bindé, 2007).

Sugere-se que esse modelo de universidade evidencia as diferentes posições de produção e aplicação do conhecimento, além de reforçar os vínculos entre academia e setor produtivo. Nesse sentido, autores como Slaughter e Leslie (1997) descrevem o "capitalismo acadêmico" para explicar o envolvimento crescente das universidades com o setor produtivo, uma característica marcante das UCM. De forma complementar, Gibbons *et al.* (1994) também destacam essa aproximação entre academia e mercado como um dos eixos centrais das UCM, apontando uma transformação na forma de produção do conhecimento – agora orientado pela demanda externa.

A partir dessas discussões teóricas, este trabalho tem como objetivo analisar o relatório do Banco Mundial de 2009 intitulado *El desafío de crear universidades de rango mundial* destacando suas principais contribuições, críticas e implicações para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento do ensino superior.

Para discutir essa temática, o artigo se estrutura em três seções: a primeira apresenta a introdução e o referencial teórico-metodológico do artigo; a segunda discute a concepção de universidade de classe mundial e o consenso de excelência, com foco na concentração de talentos, na abundância de recursos e em uma governança favorável à inovação e à excelência acadêmica e a terceira discute as principais estratégias para a construção de uma UCM: a internacionalização, as parcerias público-privadas e os rankings internacionais e sua articulação com a realidade brasileira.

Procedimento Metodológico

A investigação proposta pauta-se nos fundamentos do materialismo histórico-dialético por tratar-se de uma temática complexa e que só pode ser entendida nas suas múltiplas determinações. Como metodologia, utiliza-se a análise documental. Compreende-se, assim como Santos (2005), que é necessário defender a indissociabilidade entre a dimensão política e epistemológica, a prática

e a teoria, que devem estar presentes em uma pesquisa social, e que a ciência e o conhecimento devem ser socialmente úteis e estar a serviço da sociedade.

Demarca-se, então, a compreensão de documentos como resultado de práticas sociais e expressão da consciência humana possível em um dado momento histórico. Segundo Rawolle e Lingard (2023), é preciso uma abordagem que ofereça uma lente crítica para analisar as desigualdades e injustiças presentes na sociedade contemporânea, destacando a interconexão entre práticas cotidianas e estruturas de poder mais amplas

A escolha do documento *El desafío de crear universidades de rango mundial*, do Banco Mundial (2009), para análise, justifica-se por vários motivos, entre eles: (a) ser um texto representativo sobre a política de educação superior e apresentar uma tendência dominante nos contextos nacional e internacional; (b) ter sido elaborado por uma instituição com autoridade significativa no campo da educação superior, que tem credibilidade para influenciar políticas, práticas ou debates acadêmicos e (c) por apresentar a possibilidade de ser um produtor de discurso sobre as universidades, sobre a qualidade, a excelência e a gestão das instituições universitárias.

Na etapa inicial da investigação foi realizada uma leitura exploratória do relatório para que fosse possível compreender o contexto geral e identificar temas, palavras-chave e conceitos principais. Após a leitura exploratória, o escrito foi organizado em categorias temáticas e trechos específicos foram associados aos temas definidos, que compõem os capítulos do presente trabalho. Já na etapa interpretativa, o conteúdo foi analisado com base nas categorias estabelecidas, considerando o contexto histórico, social e político do documento. Relacionou-se o conteúdo às teorias educacionais e políticas de internacionalização discutidas na literatura, buscando compreender o papel do Banco Mundial nas diretrizes de ensino superior.

Por fim, as descobertas da análise documental foram expostas no capítulo de conclusão do trabalho, no qual também foram destacados padrões, convergências e divergências entre as recomendações do Banco Mundial e outras literaturas e diretrizes políticas. As inferências obtidas fornecem uma compreensão mais ampla das implicações e a aplicabilidade das estratégias propostas para universidades de classe mundial.

As universidades de classe mundial e o consenso de excelência

O conceito de Universidades de Classe Mundial (UCM) ganhou destaque nas últimas décadas como um modelo ideal para instituições de ensino superior que buscam se posicionar entre as melhores do mundo em rankings globais. Segundo o Banco Mundial (Salmi, 2009), essas universidades não apenas lideram a produção de pesquisa de ponta, mas também desempenham um papel estratégico no desenvolvimento econômico e na construção de sociedades baseadas no conhecimento.

Segundo o documento, a ideia das UCMs refere-se a instituições de ensino superior que representam globalmente seu país ao impulsionar o desenvolvimento econômico e o avanço nas áreas científica, tecnológica e de inovação.

As UCMs são fortemente orientadas para a internacionalização, com excelência em ensino e pesquisa que resulta em grande parte das experiências internacionais adquiridas e integradas à cultura de seus docentes e estudantes.

O documento identifica três características principais das UCMs: (a) uma elevada concentração de talentos, reunindo professores e alunos altamente qualificados; (b) recursos abundantes para promover um ambiente avançado de aprendizado e pesquisa e (c) uma governança

eficiente que promove visão estratégica, inovação e flexibilidade, permitindo uma gestão mais ágil e menos afetada pela burocracia. Esses elementos sustentam a excelência e a capacidade de adaptação dessas instituições.

Nesse contexto, o Banco Mundial identifica o que chama de "consenso da excelência", de acordo com o qual os três pilares fundamentais para a construção de universidades de classe mundial podem ser descritos como:

a) Concentração de talentos – a atração de talentos é vista como de suma importância para o desenvolvimento de uma (UCM). Para atingir esse objetivo, as instituições buscam recrutar os estudantes mais brilhantes, tanto nacionais quanto internacionais, além de contar com acadêmicos que se interessam pelas condições de trabalho favoráveis ofertadas por essas universidades para manter os profissionais mais competentes na área. As universidades de excelência dependem de um corpo docente altamente qualificado e de estudantes talentosos que demonstrem alto desempenho acadêmico. Esse pilar enfatiza a atração e retenção de profissionais e alunos de diferentes partes do mundo, promovendo um ambiente diverso e competitivo.

b) Abundância de recursos – recursos financeiros substanciais são essenciais para apoiar uma infraestrutura de ponta, com laboratórios avançados, bibliotecas bem equipadas e condições de trabalho favoráveis à pesquisa e ao ensino. O Banco Mundial destaca que o financiamento deve ser sustentável e estratégico, proveniente de fontes públicas, privadas ou de parcerias, para garantir a continuidade e o crescimento das instituições. A remuneração atrativa, que pode chegar ao dobro do salário-padrão da universidade, é um incentivo para captar esses profissionais de destaque, fortalecendo a excelência acadêmica e de pesquisa.

c) Governança favorável – a excelência acadêmica requer estruturas de gestão eficientes, flexíveis e inovadoras. Uma governança autônoma, com liberdade acadêmica e capacidade de adaptação às mudanças globais, é apontada como um diferencial que permite às universidades serem mais ágeis na busca por qualidade e relevância.

Embora o modelo proposto pelo Banco Mundial tenha méritos, ele também é alvo de críticas, especialmente no que se refere à sua aplicação em diferentes contextos socioeconômicos. Países em desenvolvimento, por exemplo, enfrentam desafios significativos para alcançar os padrões de excelência estabelecidos por esse consenso. Limitações financeiras, desigualdades regionais e sistemas educacionais ainda em consolidação tornam difícil replicar os modelos das universidades de elite, majoritariamente localizadas em países desenvolvidos.

Entre as principais críticas ao modelo, observa-se a defendida por Frigotto (1995), que afirma que a universidade brasileira corre o risco de se tornar apenas um centro de formação para o capital se adotar, sem crítica, os padrões de excelência definidos pelas agências internacionais.

Além disso, Marginson (2018) também destaca que o modelo de classificação de universidades de nível mundial é construído sobre uma concepção restrita de excelência – baseada na produção de pesquisas em periódicos de língua inglesa – que marginaliza o ensino e o engajamento local.

Ainda com relação às críticas ao modelo, Bernheim (2008) alerta sobre os riscos dessa busca cega por ranqueamentos internacionais, pois tende-se a favorecer universidades dos países centrais e a desvalorizar missões públicas de ensino superior em contextos periféricos.

Dessa forma, percebe-se que o foco em indicadores globais de desempenho, como rankings internacionais, muitas vezes pode desviar a atenção de prioridades locais, como a inclusão social, o fortalecimento da educação básica e a relevância regional das instituições.

Para Santos (2005), a imposição de um modelo único de excelência universitária, que desconsidera os contextos culturais e sociais das instituições, substituiu a diversidade epistemológica por uma lógica de competição e produtividade mensurável.

Além disso, Dowbor (2002) destaca que o conhecimento só tem valor real quando responde a necessidades reais; ou seja, as universidades precisam promover o desenvolvimento local e não ser apenas vitrines de excelência internacional.

Essa busca por prestígio global acaba por enfraquecer a produção científica comprometida com interesses públicos locais e problemas sociais regionais, substituindo-a por agendas de pesquisa internacionalizadas (Dagnino, 2004).

Assim, o "consenso da excelência" também pode reforçar desigualdades no sistema global de ensino superior, concentrando recursos e prestígio em poucas universidades, enquanto muitas outras permanecem subfinanciadas e marginalizadas.

Portanto, enquanto o Banco Mundial oferece um arcabouço teórico importante para compreender os fatores que contribuem para o sucesso das universidades de classe mundial, a aplicação prática desses preceitos exige adaptações às realidades locais.

É fundamental encontrar um equilíbrio entre os padrões globais de excelência e as necessidades específicas das sociedades às quais essas instituições servem, garantindo que a busca pela qualidade acadêmica não comprometa a equidade e a inclusão no acesso ao ensino superior.

Para implementar o modelo de UCM, é necessário adotar formas flexíveis de contratação e planos de carreira, e, para isso, o documento propõe três caminhos principais: (a) aprimorar algumas universidades existentes com potencial de destaque; (b) promover a fusão de instituições existentes para formar uma nova universidade; ou (c) criar universidades de classe mundial do zero (Salmi, 2009).

Principais estratégias na construção de universidades de classe mundial

A construção de universidades de classe mundial envolve a adoção de um conjunto articulado de estratégias que visam alinhar as instituições de ensino superior aos parâmetros de excelência definidos globalmente. Essas estratégias são frequentemente promovidas por organismos internacionais e incorporadas por governos nacionais. A lógica subjacente a essas iniciativas está ancorada na busca por visibilidade internacional, inserção em rankings de prestígio e captação de recursos, configurando um modelo de universidade orientado por métricas de desempenho e competitividade global. Neste item, são discutidas as principais estratégias mobilizadas nesse processo, com destaque para as de internacionalização, as parcerias público-privadas e os rankings internacionais.

Estratégias de internacionalização

A internacionalização está se tornando cada vez mais importante para as universidades que buscam atingir e manter status de classe mundial. Há uma conscientização crescente, tanto em países industrializados quanto em desenvolvimento, a respeito da necessidade de estabelecer universidades que possam competir efetivamente com as melhores do mundo. Essas instituições desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico e na competitividade de um país.

Um dos principais fatores que contribuem para o sucesso de universidades de classe mundial é a capacidade de atrair os melhores talentos do mundo todo. Essas universidades geralmente têm

uma proporção significativa de estudantes e professores internacionais, criando um ambiente de aprendizado e pesquisa diversificado e estimulante. A Universidade de Harvard, por exemplo, tem 19% de estudantes internacionais e aproximadamente 30% de professores estrangeiros. Recrutar os melhores talentos exige o oferecimento de salários e benefícios competitivos, além da criação de características de governança favoráveis que promovam uma visão estratégica, inovação e flexibilidade. As universidades também devem considerar a implementação de acordos de trabalho flexíveis para acomodar as necessidades do corpo docente internacional.

Muitas universidades de alto nível, como a Universidade de Tóquio, o Instituto Federal Suíço de Tecnologia, ou mesmo a Universidade Jiao Tong, de Xangai (SJTU), localizadas em países que não falam inglês, oferecem programas em inglês para atrair estudantes internacionais. Das 100 melhores universidades no ranking da SJTU[6], 11 estão localizadas em países onde o inglês não é a língua oficial, mas oferecem programas de pós-graduação neste idioma. Isso destaca a importância do inglês como língua franca do ensino superior global.

As universidades podem acelerar seu desenvolvimento por meio de parcerias com instituições estabelecidas em países desenvolvidos. A *National University of Singapore* fornece um exemplo bem-sucedido. A instituição colabora com universidades de prestígio, como a Universidade Nacional Australiana, a Universidade de Duke, a Universidade de Tecnologia de Eindhoven, a Universidade Harvard, a Universidade Johns Hopkins, a Universidade de Tecnologia de Massachussets e a Universidade de Tsinghua.

Essas parcerias podem envolver intercâmbios de professores e alunos, projetos de pesquisa conjuntos e iniciativas de capacitação. No entanto, é crucial selecionar cuidadosamente os parceiros e garantir um relacionamento mutuamente benéfico. A parceria da *National University of Singapore* com a *Johns Hopkins University* terminou devido a preocupações com a qualidade, ilustrando a importância de escolher os parceiros certos.

Segundo Brown (2007), atrair acadêmicos renomados da diáspora[7] é outra estratégia de internacionalização que algumas universidades na Índia e na China implementaram com sucesso. As instituições podem explorar um valioso conjunto de talentos e conhecimento ao se envolverem com sua dispersão emigratória. A Universidade de Pequim, por exemplo, recruta ativamente acadêmicos de origem chinesa que trabalham no estrangeiro e facilita o regresso deles.

Publicar pesquisas em periódicos científicos em inglês é crucial para melhorar a reputação global de uma universidade, já que os índices de citação rastreiam principalmente publicações em inglês. Isso destaca a importância da proficiência dos pesquisadores em inglês e a necessidade de as universidades apoiarem seus esforços para publicar em importantes periódicos internacionais.

Santos (2005) critica o atual modelo de internacionalização, vendo-o como uma extensão da globalização neoliberal. Ele argumenta que esse modelo agrava as desigualdades, pois beneficia principalmente as universidades de elite dos países desenvolvidos, atraindo talentos e recursos do Sul Global e alargando o fosso entre as instituições. Além disso, enfraquece os projetos nacionais, uma vez que as universidades públicas historicamente desempenham um papel vital na formação de projetos nacionais de desenvolvimento. O impulso neoliberal para a internacionalização enfraquece essa conexão ao priorizar as demandas do mercado global em detrimento das necessidades e aspirações locais. O modelo atual promove uma visão limitada do conhecimento: a ênfase na

[6] A Classificação Acadêmica de Universidades Mundiais (ARWU) da Universidade Jiao Tong de Xangai (SJTU) é um ranking internacional que classifica universidades com base em indicadores objetivos de desempenho acadêmico e de pesquisa, como publicações, citações e prêmios de prestígio.

[7] O conceito de diáspora, no contexto acadêmico e profissional, refere-se a redes de indivíduos altamente qualificados que emigraram de seus países de origem e atuam em instituições de ensino ou pesquisa no exterior, especialmente no Ocidente.

investigação e nas classificações orientadas para o mercado incentiva o foco em resultados quantificáveis, negligenciando outras formas de produção de conhecimento e de envolvimento social que são cruciais para o enfrentamento dos desafios sociais.

Conforme Rawolle e Lingard (2023), os conceitos de capital simbólico e violência simbólica (originalmente desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdie) oferecem ferramentas analíticas para compreender as dinâmicas do ensino superior no contexto da internacionalização. Nesse campo competitivo, as universidades disputam prestígio, recursos e reconhecimento, frequentemente reproduzindo hierarquias globais que privilegiam determinadas instituições, idiomas e epistemologias.

As universidades de elite em países desenvolvidos frequentemente detêm uma posição dominante, possuindo capital simbólico significativo que inclui reputação, reconhecimento de marca e influência. As estratégias de internacionalização podem aumentar o capital simbólico de uma universidade nesse campo global, mas também podem exacerbar as desigualdades existentes, uma vez que as universidades do Sul Global lutam para competir com as suas congêneres mais estabelecidas no Norte Global.

A violência simbólica descreve como normas e práticas culturais dominantes podem levar à marginalização e à desvalorização de outras culturas. Aplicados à internacionalização, certos modelos de ensino superior associados a universidades de elite no Norte Global podem se tornar dominantes. A imposição do inglês como a língua do ensino superior global, o privilégio de estilos de ensino e aprendizagem ocidentais e a modelagem de agendas de pesquisa por agências de financiamento e classificações globais são todos exemplos de violência simbólica. Isso pode prejudicar ainda mais as universidades no Sul Global e potencialmente limitar a capacidade dessas de contribuir para as necessidades de desenvolvimento local e produção de conhecimento.

Parcerias público-privadas e a construção das universidades de classe mundial

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) na educação, presentes nas diretrizes dos organismos multilaterais, têm sido cada vez mais vistas como alternativas estratégicas para melhorar a qualidade e ampliar o acesso ao ensino superior em diversas partes do mundo. Elas são amplamente promovidas como mecanismos para o enfrentamento dos desafios financeiros e aprimorar a eficiência institucional, particularmente em contextos de países em desenvolvimento.

De acordo com Salmi (2009), a colaboração entre os setores público e privado mostra-se importante para criar universidades de excelência e capazes de competir em nível global, uma vez que permite diversificar fontes de financiamento, melhorar a infraestrutura e promover a inovação educacional. O autor destaca que, em muitos países, o financiamento público sozinho não é suficiente para garantir a expansão e a melhoria da qualidade das instituições de ensino superior, sendo a PPP apontada como uma solução viável para melhorar a infraestrutura, aumentar a oferta de programas de ensino e promover a inovação educacional. Ainda segundo Salmi, uma das principais vantagens das PPPs na educação é a possibilidade de alavancar investimentos privados para o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias de ensino, o que pode acelerar a transformação do setor educacional. Além disso, as PPPs permitem que o setor privado compartilhe sua experiência em gestão e eficiência, o que pode resultar em universidades mais bem administradas e com uma estrutura mais dinâmica. O relatório sugere, ainda, que esse tipo de parceria pode ser essencial para a internacionalização das instituições, uma vez que o setor privado, com seus contatos globais e conhecimento do mercado internacional, pode ajudar as universidades a se posicionarem de forma mais competitiva no cenário mundial (Salmi, 2009).

O referido autor enfatiza, contudo, a necessidade de um equilíbrio entre a colaboração com o setor privado e a preservação dos valores acadêmicos. Para o autor, as PPPs podem transformar as universidades em instituições de excelência, desde que sejam implementadas com cuidado e consideração pelas implicações éticas e sociais. Através de uma gestão eficaz dessas parcerias, as universidades podem aumentar a sua competitividade global e, também, contribuir para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades.

Percebe-se, no entanto, que esse discurso está alinhado à ideologia neoliberal, que impôs ao Estado uma redução da sua atividade governamental – principalmente de financiamentos com políticas públicas e sociais –, direcionando os seus esforços aos interesses do mercado. Nesse sentido, conforme Sguissardi (2005, p. 16) , cabe ao Estado "o novo e inarredável papel de obtenção do equilíbrio orçamentário e do controle da inflação a qualquer preço, via redução dos gastos públicos, aumento de juros, privatização de empresas estatais e transferência para a iniciativa privada de obrigações que tradicionalmente lhe cabia cumprir".

A aproximação do setor privado com o ensino superior por meio do modelo das PPPs ameaça a qualidade do ensino, especialmente nas universidades públicas, ao introduzir uma lógica de mercado que não prioriza a inclusão, a diversidade e o desenvolvimento intelectual – o que gera o risco de resultar em um sistema educacional segmentado, no qual apenas a elite tem acesso à educação de qualidade, enquanto as massas são relegadas a instituições precarizadas e subordinadas aos interesses financeiros.

A adoção de PPPs está relacionada à internacionalização das universidades, uma vez que o setor privado, com seus contatos globais, pode facilitar o acesso a redes internacionais de pesquisa e cooperação acadêmica. No entanto, como argumenta Sguissardi (2005), essa internacionalização frequentemente promove a *mercantilização* do conhecimento, priorizando áreas de maior retorno econômico – como engenharias e tecnologia – em detrimento de uma agenda acadêmica mais ampla e inclusiva.

Thiengo e Bianchetti (2018) complementam essa análise ao argumentar que a "ideologia da excelência" promovida pelo modelo das universidades de classe mundial reforça as PPPs como mecanismos imprescindíveis de integração global e competitividade institucional. Entretanto, os autores também destacam que essa abordagem levanta questões éticas e sociais e pode acentuar desigualdades entre regiões e instituições – sobretudo em países periféricos, onde as universidades enfrentam dificuldades para atrair parceiros privados significativos.

No contexto brasileiro, as PPPs têm ganhado espaço como forma de complementar os recursos "limitados" do Estado. Segundo Sguissardi (2005), no entanto, essa aproximação com o setor privado transforma as universidades em espaços subordinados à lógica do mercado, o que pode comprometer sua missão pública e inclusiva. O autor alerta que, embora a diversificação das fontes de financiamento seja necessária, ela tende a reforçar assimetrias internas, ao privilegiar áreas economicamente estratégicas e relegar campos como humanidades e ciências básicas.

Ademais, o modelo brasileiro reflete um crescente alinhamento às tendências globais de integração entre universidades e mercados, o que resulta em uma dependência de capitais e lógicas privadas que, segundo Thiengo e Bianchetti (2018), pode comprometer a autonomia universitária e ampliar as desigualdades institucionais e regionais. Ainda segundo os autores, as PPPs são apresentadas como soluções milagrosas para os desafios financeiros, mas mascaram as implicações políticas e econômicas que reforçam a segmentação do sistema de ensino superior.

Como resultado das políticas neoliberais, a lógica de mercado começou a penetrar nas universidades públicas por meio das PPPs, transformando-as em organizações operacionais que

precisam competir por recursos no quase-mercado. Essa dinâmica reforça a hegemonia do mercado sobre o modelo educacional brasileiro, alinhando-se às recomendações de organismos multilaterais - como o Banco Mundial.

Rankings internacionais e a busca por reconhecimento global: a posição do Brasil

A questão dos rankings internacionais de universidades é abordada como um dos principais fatores que moldam a competitividade no ensino superior global. O relatório do Banco Mundial (2009) destaca a avaliação como um componente essencial para construir universidades de excelência, pois é através dela que se mede a qualidade das instituições; ou seja, "o status de elite é conferido pelo mundo exterior com base no reconhecimento internacional" (Salmi, 2009, p. 33).

Salmi (2009) enfatiza que os rankings avaliam as universidades com base em critérios como pesquisa, inovação, qualidade do corpo docente e recursos financeiros, capazes de impulsionar a qualidade e a reputação das universidades, além de exercerem uma pressão crescente sobre as instituições de ensino superior para se alinharem a padrões globais de excelência – o que acaba por favorecer as universidades de países desenvolvidos em detrimento das instituições de países em desenvolvimento.

Concorda-se com Salmi (2009) e Thiengo e Bianchetti (2018), os quais asseveram que os rankings favorecem as universidades de países desenvolvidos, que possuem mais recursos e infraestrutura, enquanto as instituições de países periféricos enfrentam dificuldades para competir em condições iguais. Essa dinâmica contribui para a segmentação do sistema educacional, no qual poucas universidades de elite ocupam posições de destaque, enquanto a maioria das instituições permanece marginalizada.

Os rankings também refletem uma lógica mercadológica que prioriza a competitividade global em detrimento das especificidades locais. Sguissardi (2005) observa que essa ênfase pode desviar recursos e atenção de funções essenciais das universidades, como o ensino de graduação e o atendimento às necessidades regionais. Ademais, a busca por posições de destaque nos rankings pode levar à elitização das universidades, reforçando desigualdades sociais e educacionais.

No caso do Brasil, os rankings internacionais exercem uma forte influência sobre as estratégias institucionais de universidades públicas e privadas, que buscam melhorar sua visibilidade e reputação global. Apesar de existirem sistemas consolidados de avaliação da educação superior – na graduação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e, na pós-graduação, a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os rankings acadêmicos passaram a receber destaque nas universidades brasileiras intensivas em pesquisa.

A análise de documentos institucionais da Universidade Federal do ABC (UFABC) realizada por Barreyro e Lima (2021) revela um crescente destaque dado aos rankings no planejamento estratégico da universidade, com metas claras para melhorar sua posição em classificações nacionais e internacionais. Embora essa estratégia busque aumentar o reconhecimento global da instituição, ela também levanta questões sobre a compatibilidade entre os objetivos de inclusão social e as demandas impostas pelos rankings globais, que frequentemente priorizam indicadores voltados para a pesquisa e a internacionalização.

Algumas universidades brasileiras incluíram em seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) metas claras para ascender nos rankings internacionais, como, por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal

do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outras (Thiengo; Bianchetti, 2018). Esse movimento, contudo, tende a desviar o foco de questões como inclusão social e atendimento às demandas regionais.

Salmi (2009) reconhece que as universidades brasileiras, a exemplo da USP, enfrentam desafios relacionados à burocracia interna e à falta de internacionalização efetiva, e o Brasil, apesar de seu tamanho econômico e populacional, passados mais de 10 anos da publicação do relatório do BM, ainda não possui nenhuma universidade no Top 100 mundial, "apesar de algumas delas, como a USP, estarem promovendo esforços e mudanças para alcançar o status de UCM" (Thiengo; Almeida; Bianchetti, 2019, p. 269)

Como bem observam Thiengo e Bianchetti (2018), a crescente preocupação dos governos e das instituições com os rankings caminha lado a lado com o surgimento de um mercado, que continua em desenvolvimento, voltado tanto à criação de rankings globais, regionais e locais quanto à coleta de dados.

Os rankings acadêmicos internacionais, como o *Times Higher Education* (THE) e o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), tornaram-se ferramentas centrais para medir a excelência acadêmica e estabelecer parâmetros de competitividade global. O Quadro 1 apresenta as 10 melhores universidades mundiais e a posição de algumas universidades brasileiras, de acordo com o THE e o AWRU.

Quadro 1 – Melhores universidades do mundo, segundo o *Times Higher Education* e o *Academic Ranking of World Universities*.

Posição	THE (2025)	Posição	ARWU (2024-2025)
	Universidade		Universidade
1º	University of Oxford, Reino Unido	1º	Harvard University, EUA
2º	Massachusetts Institute of Technology (MIT), EUA	2º	Stanford University, EUA
3º	Harvard University, EUA	3º	University of Cambridge, Reino Unido
4º	Princeton University, EUA	4º	Massachusetts Institute of Technology (MIT), EUA
5º	University of Cambridge, Reino Unido	5º	University of California, Berkeley, EUA
6º	Stanford University, EUA	6º	Princeton University, EUA
7º	California Institute of Technology, EUA	7º	University of Oxford, Reino Unido
8º	University of California, Berkeley, EUA	8º	Columbia University, EUA
9º	Imperial College London, Reino Unido	9º	California Institute of Technology, EUA
10º	Yale University, EUA	10º	University of Chicago, EUA
...	...	...	...
199º	Universidade de São Paulo, Brasil	101-150	Universidade de São Paulo, Brasil
351-400	Universidade Estadual de Campinas, Brasil	301-400	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
601-800	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil	301-400	Universidade Estadual de São Paulo, Brasil
601-800	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil	301-400	Universidade Estadual de Campinas, Brasil
601-800	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	401-500	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Times Higher Education (2025) e Shangai Ranking (2024).
Note: ARWU: *Academic Ranking of World Universities*; THE: *Times Higher Education*.

O THE avalia o desempenho das universidades considerando 18 indicadores divididos em cinco áreas: ensino, ambiente de investigação, qualidade da investigação, indústria e perspectivas internacionais (Times Higher Education, 2025). No ranking de 2025, as primeiras posições no THE ficaram com a Universidade de Oxford, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts e a Universidade Harvard. As universidades dos Estados Unidos mantêm o melhor desempenho geral, com sete universidades dentre as 10 listadas. O mesmo acontece no ARWU, em que os Estados Unidos, além de ocupar os dois primeiros lugares, têm oito universidades entre as 10 melhores.

As universidades brasileiras enfrentam desafios para competir com as principais instituições globais. A USP voltou a figurar na lista Top 200 no *Times Higher Education* após 12 anos, ficando na 199ª posição. Segundo o Reitor da USP, o reconhecimento se deve à melhoria no indicativo relacionado à indústria, "[...] fruto da melhora na submissão de dados de recursos captados no setor privado e do número de publicações da USP citadas em patentes" (Yamamoto, 2024, *online*).

Na sequência, vem a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ficando na faixa entre 351-400; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que ficaram na faixa entre 601-800.

Na avaliação do AWRU, são considerados seis indicadores: a quantidade de ex-alunos e funcionários vencedores de prêmios Nobel e medalhas Fields; de pesquisadores altamente citados selecionados pela *Clarivate*; de artigos publicados em revistas da *Nature* e *Science*; de artigos indexados na *Science Citation Index Expanded*, na *Social Sciences Citation Index* e na *Web of Science* e o desempenho per capita da universidade (Shangai Ranking, 2024).

A USP aparece na faixa entre 101-150, seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Universidade Estadual de São Paulo, ambas na posição entre 301-400. Por fim, a Universidade Federal de Minas Gerais aparece na posição entre 401-500.

Com base nas informações dos dois rankings, é possível perceber que as universidades dos países desenvolvidos, por possuírem mais recursos e infraestrutura, estão sempre nos primeiros lugares, apenas alternando as posições, enquanto as instituições de países periféricos enfrentam dificuldades para competir em condições de igualdade, com a presença limitada às posições a partir do 200º lugar no THE e 100º lugar na ARWU.

Considerações Finais

O modelo de excelência ou de classe mundial é visto como um espaço de produção científica que se alinha a uma abordagem mais pragmática e aplicada da ciência, sendo necessário considerá-la não apenas como força produtiva, mas também como mercadoria. Como lócus de formação para o trabalho complexo, visa preparar especialistas para aumentarem sua produtividade e formarem intelectuais a serviço das classes dominantes.

A abrangência dessa formação varia conforme a posição da sociedade na divisão internacional do trabalho, com núcleos orgânicos dedicados à inovação e periféricos focados em atividades mais simples, típicas de países com investimentos limitados em educação, ciência e tecnologia – como o Brasil.

A busca pela construção de universidades de classe mundial reflete um movimento global de valorização da excelência acadêmica e da competitividade no ensino superior. No entanto, a implementação desse modelo impõe desafios significativos – sobretudo em países periféricos, onde as disparidades estruturais dificultam a adoção dos modelos propostos pelos organismos internacionais. O estudo evidenciou que a ênfase nos rankings acadêmicos, nas estratégias de internacionalização e nas parcerias público-privadas pode reforçar desigualdades educacionais, restringindo o acesso de grupos socialmente mais vulneráveis a uma educação de qualidade.

Embora as UCM desempenhem um papel fundamental na inovação e no desenvolvimento econômico, é necessário que a sua implementação considere as especificidades locais. A adaptação das estratégias propostas, alinhando-as às necessidades sociais e regionais, pode minimizar os impactos negativos da implementação do modelo de universidade de classe mundial e garantir

um ensino superior mais inclusivo e sustentável. Dessa forma, a construção de uma universidade de excelência não deve estar dissociada de sua função social, sendo essencial o equilíbrio entre qualidade acadêmica, democratização do ensino e compromisso com o desenvolvimento social.

Referências

Barreyro, G. B.; Lima, M. F. B. UFABC: da universidade nova à universidade de classe mundial? *REVELLI - Revista de Educação, Linguagem e Literatura*, v. 13, 2021. Doi: https://doi.org/10.51913/revelli.v13i0.12177.

Bernheim, C. T. *La educación superior en el siglo XXI*: visión desde América Latina. [*S. l.*]: UNESCO, 2008. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000157989. Acesso em: 23 abr. 2025.

Bindé, J. *O Processo de Bolonha e a Globalização da Educação Superior*. Antecedentes. Implementação e repercussões no quefazer dos trabalhadores da educação. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

Brown, S. China Challenges the West in StemCell Research: Unconstrained by Public Debate, Cities Like Shanghai and Beijing Lure Scientists with New Laboratories and Grants. *Chronicle of Higher Education*, v. 53, p. A14A18, 2007.

Dagnino, R. *Tecnociência solidária*: uma estratégia de conhecimento voltada para a inclusão social. Marília: Lutas Anticapital, 2004. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/2019-10-dagnino-final-v8.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

Dowbor, L. *O que é capital*. [*S. l.*: *s. n.*]: 2002. Disponível em: https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/08/03quecap.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

Frigotto. G. *A produtividade da escola improdutiva*. [*S. l.*]: Cortez, 1995. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/417357523/Frigotto-Produtividade-Da-Escola-Improdutiva. Acesso em: 23 abr. 2025.

Gibbons, M. *et al. The new production of knowledge*: the dynamics of science and research in contemporary societies. London: SAGE Publications, 1994.

Marginson, S. *The new geo-politics of higher education*: Global cooperation, nacional competition and social inequality in the World-Class University (WCU) sector. London: UCL Institute of Education, 2018. p.18-41. (Working paper n. 34).

Rawolle, S.; Lingard, B. Bourdieu e a pesquisa educacional: ferramentas de pensamento, pensamento relacional para além da inocência epistemológica. *Latitude*, v. 17, n. 2, 2023.

Salmi, J. *El desafío de crear universidades de rango mundial*. Colômbia: Mayol Ediciones, 2009. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/805521468337255850/pdf/476100SPANISH0101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

Santos, B. S. *A Universidade no Século XXI*: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

Sguissardi, V. *Rumo à universidade mundial - e a universidade será feita à sua imagem e semelhança*. Brasília: INEP/MEC, 2005. p. 7-28, Disponível em: https://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3842. Acesso em: 8 jan. 2025.

Shangai Ranking. *2024 Academic Ranking of World Universities*. [*S. l.*]: ShanghaiRanking, 2024. Disponível em: https://www.shanghairanking.com/rankings/arwu/2024. Acesso em: 22. jan. 2025.

Slaughter, S.; Leslie, L. L. *Academic capitalism*: politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

Thiengo, L. C.; Almeida, M. L.; Bianchetti, L. Universidades de Classe Mundial no contexto Latino-Americano e Caribenho: o que dizem os Organismos Internacionais. *Educação em Revista*, v. 35, n. 76, p. 259-278, 2019. Doi: https://doi.org/10.1590/0104-4060.65341.

Thiengo, L. C.; Bianchetti, L. Universidades de classe mundial e a ideologia da excelência: tendências globais e locais. *Educação em Perspectiva*, v. 9, n. 2, p. 241-258, 2018. Doi: https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i1.985.

Times Higher Education. *World University Rankings 2025*. [*S. l.*]: THE, 2025. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/latest/world-ranking. Acesso em: 22 jan. 2025.

Yamamoto, E. USP sobe e fica entre as 200 melhores do mundo no ranking da Times Higher Education. *Jornal da USP*, São Paulo, 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/the-ranking-2025. Acesso em: 22 jan. 2025.

Colaboradores

Metodologia, escrita – rascunho original e escrita – revisão e edição: L.S. ABREU, A. F. DIEGUES e T. F. B. LIMA. Conceituação, curadoria de dados e supervisão: E. J. M. ARAÚJO e A. M. D. A. CASTRO.